

TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Os adjetivos podem ser empregados com gradação, nos graus comparativo e superlativo.

Assinale a frase que se mostra no grau comparativo.

- (A) O presidente é mais falante que atuante.
- (B) O ministro é o mais simpático do grupo.
- (C) Os bateadores de carteira são rapidíssimos.
- (D) Todos os alunos são muito inteligentes.
- (E) Nem todos os secretários são bastante cultos.

2

Observe o seguinte texto descritivo:

“O pessegueiro estava alto, mas suas folhas mostravam uma coloração amarelada, que parecia problemática; os galhos estavam cobertos de uma espécie de farinha branca e os poucos frutos ainda estavam pequenos”.

Sobre esse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Texto de conteúdo concreto acumulativo, o que dificulta a apreensão de uma unidade global.
- (B) Texto de conteúdo abstrato, com justaposição de ideias para a construção da ideia global do objeto descrito.
- (C) Texto cujo observador segue uma estratégia de movimento de longe para perto.
- (D) Texto em que predomina a informação de fatos, situações e acontecimentos.
- (E) Texto cujos segmentos mostram relação lógica de causa e efeito, mostrando sequência cronológica.

3

As frases abaixo falam de um aspecto da arte de escrever.

Assinale a opção em que esse aspecto **não** está corretamente identificado.

- (A) O mais importante não é o número de ideias agrupadas em seu texto, mas o vínculo que as une / as relações de coesão e coerência entre as partes do texto.
- (B) O que é bem-dito, diz-se com rapidez / a concisão textual, ou seja, utilização somente dos elementos textuais necessários.
- (C) Devemos falar como nos testamentos: quanto menos palavras, menos questões / o texto deve ser construído com verdades e não com a imaginação.
- (D) A chave para a criatividade é fazer conexões inusitadas / um texto criativo é o que busca a originalidade.
- (E) Palavras são uma barreira à comunicação / as palavras não conseguem expressar o conteúdo individual do enunciador.

4

Assinale a frase abaixo em que o vocábulo **melhor** mostra uma classe gramatical diferente das demais.

- (A) Dinheiro é o melhor cosmético.
- (B) A melhor forma de emagrecer é ser mãe em tempo integral.
- (C) Se há alguma coisa que queremos mudar em uma criança, devemos primeiro verificar se não é melhor fazer essa mudança em nós mesmos.
- (D) Não há melhor amigo nem parente do que nós mesmos.
- (E) As aulas presenciais ensinam melhor que as aulas à distância.

5

Entre as frases abaixo, assinale aquela em que a substituição proposta é adequada, por tratar-se do único caso de adjunto adnominal.

- (A) Poetas são engarrafadores de nuvens (nebulosos).
- (B) A arte, mesmo a mais pessimista, é uma proposição de felicidade (feliz).
- (C) Como faço uma escultura? Simplesmente retiro do bloco de mármore (marmóreo) tudo o que não é necessário.
- (D) A necessidade de dinheiro (monetária) traz grandes dificuldades às famílias pobres.
- (E) A arte é a busca do dispensável (inútil).

6

As formas de participio são classificadas, em muitos casos, como adjetivos.

Assinale a frase em que a forma sublinhada corresponde à de um participio, sem equivaler a um adjetivo, substantivado ou não.

- (A) Não é raro ver-se, nas grandes crises da vida, os órgãos humanos adquirirem uma sensibilidade desconhecida.
- (B) Ainda bem que você é meu filho, senão eu iria me sentir desconfortável emprestando todo este dinheiro a um desconhecido.
- (C) Descobri que eu era um bebê não desejado quando vi meus brinquedos de banheira: uma torradeira e um rádio.
- (D) Um irmão é um amigo dado pela natureza.
- (E) Só conheço três maneiras de existir na sociedade: sendo mendigo, ladrão ou assalariado.

7

Nas frases abaixo há dois adjetivos sublinhados.

Assinale a frase em que esses adjetivos exercem uma função sintática diferente.

- (A) Afinal, o que é Deus? Uma eterna criança brincando eternamente no jardim eterno.
- (B) Eu tive uma grande vantagem que meus filhos não tiveram. Eu nasci pobre.
- (C) A juventude é coisa suspeita mesmo quando a fidelidade é certa.
- (D) Com dinheiro pode-se construir uma casa esplêndida, mas não uma boa família.
- (E) Mães são necessidade biológica. Os pais, uma intervenção social.

8

Nas abreviaturas comuns há uma série de princípios que são seguidos no uso.

Assinale a opção abaixo em que o exemplo dado corresponde ao princípio colocado anteriormente.

- (A) A ordem das letras do vocábulo deve ser obedecida: *general* / *g^{al}*.
- (B) Por motivo de clareza, devem-se incluir na abreviatura todas as consoantes finais na parte abreviada: *superfície* / *super*.
- (C) O plural de uma abreviatura é feito com a repetição dessa letra: *páginas* / *pp*.
- (D) As abreviaturas mantêm os acentos das palavras originais: *árabe* / *ar*.
- (E) Uma abreviatura não deve terminar em vogal: *Vossa Excelência* / *V. Exa*.

9

Assinale a frase abaixo que **não** exemplifica a substantivação de um adjetivo.

- (A) O permitido não me agrada; o proibido excita o meu desejo.
- (B) Para conseguir o maravilhoso, faça o impensável.
- (C) A sorte nem sempre favorece os mais dignos.
- (D) Não há solidão mais solitária do que a desconfiança.
- (E) O arranhado da mesa foi causado pela transportadora.

10

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.

- (A) Nunca se deite irritado. Levante-se e lute.
- (B) Nada há tão difícil que, procurando-o, não possa ser encontrado.
- (C) Considerando-se eles sábios, tornaram-se imbecis.
- (D) É instintivo da mente humana que aquilo que mais se proíbe ao homem, mais ele deseja.
- (E) Os homens sábios não perdem tempo com insetos.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Numa aula de raciocínio lógico o professor afirma que tem um gato, um cachorro e um papagaio. Ele propõe à turma o seguinte desafio.

“Um dos animais se chama Farinha, ou outro, Farofa, e o terceiro, Farelo. Considerem que, das três afirmações I, II e III, a seguir, apenas uma é verdadeira:

- I. Farinha é o gato.
- II. Farofa não é o gato.
- III. Farelo não é o cachorro.

Identifiquem os nomes do gato, do cachorro e do papagaio.” Flávia, a aluna mais esperta, respondeu corretamente que Farinha, Farofa e Farelo são, respectivamente, os nomes

- (A) do gato, do cachorro e do papagaio.
- (B) do cachorro, do gato e do papagaio.
- (C) do gato, do papagaio e do cachorro.
- (D) do papagaio, do gato e do cachorro.
- (E) do cachorro, do papagaio e do gato.

12

Uma urna contém 5 bolas azuis, 6 bolas brancas, 7 bolas verdes e 7 bolas pretas. O número mínimo de bolas que devem ser retiradas, às cegas, para que se possa garantir que, entre as bolas retiradas, há ao menos uma de cada cor é igual a

- (A) 17.
- (B) 18.
- (C) 19.
- (D) 20.
- (E) 21.

13

No jogo de basquetebol, cada cesta conseguida pode valer 1, 2 ou 3 pontos para a equipe que marcou a cesta. Ganha a partida a equipe que consegue mais pontos.

Em uma determinada partida, Jorge “Mão de Ouro” fez 17 cestas e anotou, no total, 36 pontos. Sabe-se, ainda que o número de cestas de 2 pontos que Jorge marcou foi o triplo do número de cestas de 1 ponto que ele conseguiu.

Se x é o número de cestas de 1 ponto, y é o número de cestas de 2 pontos e z , o de cestas de 3 pontos conseguidos por Jorge, então o produto xyz é igual

- (A) 108.
- (B) 120.
- (C) 134.
- (D) 135.
- (E) 180.

14

Em uma família composta por dez pessoas, seis torcem para o Vainafé F.C. e quatro torcem para o Contrarolo F.C. A família ganhou quatro ingressos para o próximo jogo da seleção brasileira e vai escolher dois torcedores do Vainafé e dois do Contrarolo para irem ao referido jogo.

O número de diferentes possibilidades de se escolher os quatro membros é igual a

- (A) 18.
- (B) 24.
- (C) 48.
- (D) 60.
- (E) 90.

15

Se nem todo A é B, mas todo B é C, avalie se é verdade que

- I. Nem todo C é B.
- II. Pode ser que todo A seja C.
- III. Todo B é A.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Legislação Institucional

16

Pedro, servidor público estadual, e João, particular que não possuía vínculo com a Administração Pública, qualquer que fosse o nível de governo ou o ente da federação, foram acusados da prática de ato de improbidade administrativa.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João, com abstração do seu elemento subjetivo,

- (A) apenas concorreu para a prática do ato.
- (B) apenas induziu ou concorreu para a prática do ato.
- (C) apenas instigou ou concorreu para a prática do ato.
- (D) induziu, concorreu ou se beneficiou da prática do ato.
- (E) instigou, participou ou se beneficiou da prática do ato.

17

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo junto ao Poder Executivo do Município de Abreu e Lima, exatos dois anos após a sua posse e correlato início do exercício funcional, o que tem ocorrido de maneira ininterrupta, estava refletindo sobre a possibilidade de requerer o seu afastamento para:

- I. realizar estudo no exterior;
- II. fins de licença para o tratamento da própria saúde; ou
- III. exercício de cargo em comissão no âmbito municipal.

Ao analisar a sistemática estabelecida na Lei municipal nº 598/2007, Maria concluiu corretamente que pode se afastar

- (A) nas três situações.
- (B) na situação I, apenas.
- (C) na situação III, apenas.
- (D) nas situações I e II, apenas.
- (E) nas situações II e III, apenas.

18

A organização não governamental Sigma, com sede no Município de Abreu e Lima, iniciou uma ampla mobilização popular com o objetivo de que determinada temática viesse a ser disciplina em lei municipal. Unidos desse objetivo, seus dirigentes consultaram um especialista na matéria a respeito da sistemática afeta aos projetos de lei de iniciativa popular, considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Abreu e Lima.

Foi-lhes corretamente esclarecido que esses projetos

- (A) dependem de manifestação de ao menos cinco por cento do eleitorado interessado.
- (B) devem dizer respeito à integralidade do Município, não podem ser segmentados no interesse bairro, lugarejo ou localidade.
- (C) dependem de manifestação de ao menos três por cento do eleitorado do Município, distribuído em pelo menos dez bairros distintos.
- (D) devem ser redigidos com observância da técnica legislativa, sendo assegurado aos proponentes a faculdade de emendá-los, de modo a evitar a rejeição.
- (E) quando apresentados por organizações governamentais, como Sigma, devem congregar pelo menos cinco entes, que contem com no mínimo cem associados cada.

19

Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Município Alfa, era pessoa com deficiência, conforme fora detectado em avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Em um determinado momento de sua carreira ficou em dúvida se estaria sujeito a critérios diferenciados para a obtenção da aposentadoria voluntária, considerando que o Município Alfa possui regime próprio de previdência social.

Ao analisar a Constituição da República, Inácio concluiu corretamente que

- (A) por força do princípio da isonomia, não está sujeito a tratamento diferenciado.
- (B) o tratamento diferenciado, considerando a sua condição pessoal, está previsto na própria ordem constitucional.
- (C) o tratamento diferenciado deve ser estabelecido em lei complementar federal.
- (D) o tratamento diferenciado pode ser estabelecido em lei complementar municipal.
- (E) o tratamento diferenciado exige determinação judicial e deve apresentar proporcionalidade com o grau de deficiência.

20

João, motorista da sociedade empresária Alfa, concessionária do serviço público de coleta de lixo do Município Sigma, quando se encontrava na direção do veículo de Alfa, atropelou Joana.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Joana, caso decida ingressar com a ação de responsabilidade civil em razão dos danos sofridos,

- (A) deve demonstrar a culpa de João.
- (B) somente pode ajuizar a ação em face de Sigma.
- (C) deve ajuizar a ação em face de João e, na ausência de meios financeiros, para o ressarcimento, em face de Alfa.
- (D) terá que demonstrar o nexo causal entre a conduta e o resultado, mas não o elemento subjetivo do agente.
- (E) não poderá invocar a responsabilidade objetiva de Alfa, já que esta última não integra a Administração Pública indireta.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

21

O Município Beta editou a Lei nº XX/2023, dispoendo sobre a criação da guarda municipal, estrutura orgânica que foi incumbida, em seu Art. 1º, de zelar pelo serviço público prestado à coletividade, impedindo que terceiros comprometam a sua prestação; em seu Art. 2º, de realizar o policiamento ostensivo das vias municipais; e, em seu Art. 3º, proteger as instalações municipais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) todos os artigos são constitucionais.
- (B) apenas os artigos 2º e 3º são constitucionais.
- (C) apenas os artigos 1º e 3º são constitucionais.
- (D) apenas os artigos 1º e 2º são constitucionais.
- (E) todos os artigos são inconstitucionais.

22

A Lei Federal nº XX/2024 permitiu que, em casos específicos, os recursos públicos fossem direcionados ao desporto de alto rendimento, bem como dispensou tratamento diferenciado ao desporto profissional e ao não profissional.

Esse diploma normativo desagradou profundamente a Associação de atletas não profissionais Teta. Ao procurar o seu advogado, foi informada corretamente que a Lei Federal nº XX/2024 é

- (A) inconstitucional, pois somente o desporto educacional pode receber recursos públicos e o tratamento diferenciado viola a igualdade.
- (B) parcialmente inconstitucional, pois o desporto de alto rendimento não pode receber recursos públicos, embora o tratamento diferenciado seja correto.
- (C) parcialmente inconstitucional, pois, apesar de o desporto de alto rendimento poder receber recursos públicos, o tratamento diferenciado viola a igualdade.
- (D) parcialmente inconstitucional, pois o desporto de alto rendimento deve ser o destinatário prioritário de recursos públicos, mas o tratamento diferenciado é adequado.
- (E) constitucional, pois não só o desporto educacional pode receber recursos públicos, como também o de alto rendimento, e o tratamento diferenciado é adequado.

23

João, cidadão brasileiro morador da zona rural, não concordava com as constantes queimadas realizadas na localidade em que residia, as quais geravam graves danos ao respectivo ecossistema.

Ao procurar o seu advogado e informar que almejava a adoção das medidas civis necessárias à cessação das queimadas, foi informado corretamente que, de acordo com a ordem constitucional,

- (A) poderia ajuizar uma ação popular, sem prejuízo da ação civil pública que o Ministério Público estava legitimado a propor.
- (B) não poderia ajuizar nenhuma ação enquanto cidadão, o que caberia aos órgãos públicos legitimados à tutela ambiental.
- (C) por se tratar de um interesse difuso, somente seria cabível a ação civil pública a ser ajuizada pelo Ministério Público.
- (D) a exemplo do Ministério Público e de outros legitimados, poderia ajuizar uma ação civil pública.
- (E) por se tratar de interesse coletivo, poderia impetrar um mandado de segurança coletivo.

24

De acordo com certa corrente teórica, a Constituição seria uma decisão concreta a respeito do Estado e dos seus contornos essenciais, distinguindo-se das leis constitucionais, normas que não apresentam importância similar, mas que são inseridas na Constituição para que tenham maior estabilidade.

A narrativa acima trata da Constituição em seu sentido

- (A) sociológico.
- (B) jurídico.
- (C) objetivo.
- (D) político.
- (E) natural.

25

Luca, cidadão francês que há décadas fixou domicílio no território brasileiro, consultou o seu advogado sobre as possíveis vantagens em se naturalizar brasileiro.

O advogado informou corretamente que, com a naturalização, Luca:

- (A) tornar-se-á automaticamente cidadão, mas lhe será vedado concorrer a cargos eletivos.
- (B) poderá usufruir dos direitos e garantias fundamentais, os quais somente estão ao alcance dos brasileiros.
- (C) tornar-se-á automaticamente cidadão, mas não poderá ocupar cargos ou desempenhar funções públicas.
- (D) poderá fruir de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, pois não há distinção entre natos e naturalizados.
- (E) poderá se tornar cidadão, podendo concorrer a cargos eletivos que não sejam privativos de brasileiro nato.

26

Maria, Deputada Federal, em um comício realizado em seu Estado, fez fortes críticas à política de habitação desenvolvida pelas autoridades estaduais, as quais, ao seu ver, destoavam do balizamento oferecido pela legislação federal. Essas críticas desagradaram profundamente as autoridades estaduais, que se sentiram ofendidas por Maria.

À luz dos dados fornecidos e da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria

- (A) não pode ser responsabilizada por suas críticas.
- (B) pode ser responsabilizada por suas críticas, já que foram proferidas fora de Brasília.
- (C) pode ser responsabilizada por suas críticas, já que não foram proferidas no Congresso Nacional.
- (D) pode ser responsabilizada por suas críticas, já que foram direcionadas a autoridades estaduais.
- (E) só pode ser responsabilizada por suas críticas caso não tenha sido autorizada a formulá-las pela Mesa Diretora da Câmara.

27

O Presidente da República, após longa exposição de motivos, resolveu delegar ao Ministro de Estado da Segurança Pública a competência para conceder indulto.

À luz da sistemática constitucional, a narrativa acima

- (A) não apresenta qualquer incorreção.
- (B) está incorreta apenas porque o Presidente da República não pode delegar suas competências.
- (C) está incorreta apenas porque a delegação deveria ter sido previamente autorizada pelo Congresso Nacional.
- (D) está incorreta, pois o Presidente da República pode conceder indulto, mas não pode delegar essa competência.
- (E) está incorreta, pois o Presidente da República, embora possa delegar suas competências, não pode conceder indulto.

28

Em razão de agressão armada estrangeira, o Presidente da República foi informado por seus assessores sobre a necessidade de serem adotadas medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas.

Nas circunstâncias indicadas, é possível a decretação do

- (A) estado de sítio, de competência das Forças Armadas, após autorização do Presidente da República.
- (B) estado de sítio, de competência do Presidente da República, com prévia autorização do Congresso Nacional.
- (C) estado de urgência, de competência das Forças Armadas, com posterior ratificação do Congresso Nacional.
- (D) estado de defesa, de competência do Congresso Nacional, competindo ao Presidente da República a sua execução.
- (E) estado de defesa, de competência do Presidente da República, com posterior ratificação do Senado Federal.

29

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao interpretar determinada lei tributária editada pela União, dispensou-lhe, em sede de recurso de apelação, interpretação diametralmente oposta àquela adotada pelo Tribunal de Justiça de outro Estado, dando ganho de causa ao contribuinte que litigava com o Município WW.

Nesse caso, é possível que o Município WW, caso sejam preenchidos os demais requisitos exigidos, interponha

- (A) embargos de divergência a serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) recurso extraordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) recurso especial a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) mandado de segurança a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) reclamação a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

30

João, presidente do Partido Político XX, procurou um político de renome nacional e convidou-o a concorrer na próxima eleição para Presidente da República. Para sua surpresa, o político disse que estava honrado com o convite, mas não poderia aceitá-lo, já que, em razão de determinado ilícito que praticara no exercício da Chefia do Poder Executivo, foi impedido de exercer outra função pública por 8 (oito) anos, conforme dispunha a Constituição da República.

Essa espécie de impedimento é conhecida como.

- (A) demissão a bem do serviço público.
- (B) suspensão dos direitos políticos.
- (C) inelegibilidade.
- (D) quarentena.
- (E) inabilitação.

Direito Administrativo

31

Durante os estudos que estavam sendo realizados acerca do conteúdo programático do concurso público para o cargo da controladoria do Município de Abreu e Lima, Anna e Carlos debateram sobre os requisitos ou elementos do ato administrativo, vindo a concluir corretamente que entre eles estão:

- (A) motivação, eficiência e finalidade.
- (B) competência, objeto e publicidade.
- (C) motivo, forma e competência.
- (D) finalidade, moralidade e motivo.
- (E) moralidade, impessoalidade e publicidade.

32

No âmbito dos contratos administrativos, o fato do príncipe é compreendido como uma álea extraordinária e extracontratual que onera reflexa e substancialmente a sua execução, de modo que deve ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta uma situação que caracteriza o fato do príncipe.

- (A) A extinção unilateral do contrato administrativo.
- (B) A aplicação de sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (C) O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já executados pelo contratado.
- (D) A majoração, pelo ente contratante, de tributos que repercutam sobre insumos necessários ao adimplemento contratual.
- (E) A ocupação provisória de bens móveis e imóveis e utilização pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

33

A estrutura hierarquizada para o exercício da função administrativa importa no reconhecimento de prerrogativas decorrentes do chamado Poder Hierárquico.

Um exemplo de exercício de tal poder é

- (A) a edição de um Decreto pelo Prefeito.
- (B) a aplicação de uma multa trânsito.
- (C) o deferimento de uma autorização para uso de bem público.
- (D) a resolução de conflitos de atribuições de órgãos e agentes subordinados.
- (E) a escolha de uma entre duas ou mais alternativas facultadas pelo ordenamento jurídico.

34

A edição de leis e regulamentos com vistas a racionalizar atos e procedimentos da Administração Pública, de modo a facilitar a compreensão e o acesso dos administrados, tem por escopo implementar nortes que têm se revelado verdadeiros princípios, atualmente expressamente referidos em alguns diplomas legais, tais como a Lei nº 13.726/2018.

Na densificação de tais princípios a referida Lei institui o seguinte selo:

- (A) desburocratização e simplificação.
- (B) eficiência e capacidade.
- (C) hígidez e burocratização.
- (D) resultado e transparência.
- (E) controle e adequação.

35

No exercício de suas atribuições em cargo integrante da controladoria do Município de Abreu e Lima, Guilherme foi instado a indicar uma entidade da Administração Indireta, que tenha personalidade jurídica de direito privado, cuja criação é autorizada por lei e depende de registro dos respectivos atos constitutivos.

Diante dessa situação hipotética, Guilherme apontou corretamente

- (A) uma autarquia.
- (B) uma agência reguladora.
- (C) uma empresa pública.
- (D) uma Secretaria Municipal.
- (E) uma organização da sociedade civil de interesse público.

36

Entre os princípios setoriais que estão expressamente consagrados na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), existe aquele que é consagrado na máxima de que “*o instrumento convocatório é a lei do procedimento licitatório*”, sendo correto afirmar que tal princípio é o da

- (A) vinculação ao edital.
- (B) segregação de funções.
- (C) proibidade administrativa.
- (D) proporcionalidade.
- (E) julgamento objetivo.

37

Caso o Poder Público queira promover a delegação de certo serviço público de sua competência, que é deficitário, ou seja, que necessita do aporte financeiro por parte da Administração (contraprestação financeira do parceiro público), para além da tarifa cobrada dos usuários, mediante a realização de licitação, à luz do ordenamento vigente, notadamente o disposto na Lei nº 8.987/95 e na Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que deverá ser promovida a formalização de

- (A) um convênio de serviço público.
- (B) uma autorização de serviço público.
- (C) uma alienação de serviço público.
- (D) uma permissão de serviço público.
- (E) uma concessão patrocinada de serviço público.

38

Ao tomar conhecimento da relevância do tratamento de dados pessoais, na forma da LGPD (Lei nº 13.709/2018), Bruna decidiu se inteirar das peculiaridades atinentes ao consentimento que deve ser obtido dos titulares dos aludidos dados para tal finalidade.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto da Lei Geral de Proteção Dados Pessoais (LGPD), assinale a afirmativa correta.

- (A) O consentimento há de ser formalizado por escrito, mas não é necessário destacar tal cláusula das demais cláusulas contratuais.
- (B) É viável o tratamento de dados pessoais mediante aquiescência por escrito do titular, ainda que obtida com vício de consentimento.
- (C) É irrevogável o consentimento obtido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.
- (D) O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, sendo que as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.
- (E) Não há qualquer formalidade para fins de consentimento, admitindo-se que seja oral, sem a necessidade de reduzir a termo.

39

Ao estudar as espécies de agentes públicos e os respectivos regimes jurídicos e garantias consagrados na Constituição da República, Karoline verificou que há uma espécie de cargo que somente pode ser provido mediante a realização de concurso público, para fins de adquirir a garantia da estabilidade, sendo correto afirmar que a apuração por ela efetuada é condizente com:

- (A) a contratação temporária.
- (B) os cargos em comissão.
- (C) os empregos públicos.
- (D) os cargos vitalícios.
- (E) os cargos efetivos.

40

No exercício da autotutela (controle administrativo), é correto afirmar que a manifestação de vontade da Administração no sentido de extinguir determinado ato administrativo válido, por razões de conveniência e oportunidade da Administração, para fins de melhor atender ao interesse público, é designada de

- (A) vinculação.
- (B) anulação.
- (C) revogação.
- (D) sublimação.
- (E) caducidade.

Direito Financeiro

41

Considere a seguinte situação hipotética: a Lei Orçamentária Anual – LOA previu dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Nesse caso, o seguinte princípio orçamentário foi violado:

- (A) Princípio da Anualidade.
- (B) Princípio da Legalidade.
- (C) Princípio da Exclusividade.
- (D) Princípio da Tipicidade.
- (E) Princípio da Publicidade.

42

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo.

Sobre o PPA, assinale a afirmativa correta.

- (A) O PPA deve ser instituído por meio de lei complementar.
- (B) O PPA compreenderá as metas e prioridades da administração pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas.
- (C) O PPA tem vigência de 4 (quatro) anos, iniciando-se no segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo e encerrando-se no primeiro ano do mandato do próximo dirigente eleito.
- (D) O PPA compreende o orçamento fiscal dos três poderes e deve ser elaborado conforme dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) O projeto do PPA deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de isenções.

43

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) dispõe sobre as despesas obrigatórias de caráter continuado. Com relação ao tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. É derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- II. O ato que criar a despesa deve ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
- III. Não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

44

O regime de adiantamento é uma forma de pagamento para realizar despesas que não possam se subordinar ao processo normal de aplicação de recursos públicos, conforme previsão da Lei nº 4.320/64.

Sobre o tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas.
- () É amplamente permitida a concessão de suprimento de fundos para pagamento de despesas rotineiras e não eventuais, ainda que decorrente da ausência de planejamento.
- () No âmbito federal, o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF pode ser utilizado para a aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

45

Sobre o regime constitucional dos precatórios judiciais, e considerando jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização se submetem ao regime de precatórios.
- (B) A cessão de crédito alimentício implica a alteração de sua natureza, passando o cessionário a estar na categoria dos créditos não preferenciais.
- (C) É possível a restituição administrativa do indébito reconhecido na via judicial, não se aplicando o regime constitucional de precatórios.
- (D) As sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência podem se beneficiar do sistema de pagamento por precatório de dívidas decorrentes de decisões judiciais.
- (E) A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios.

46

De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o regime "especial" de pagamento de precatórios para Estados e Municípios, criado pela EC 62/2009, ao veicular nova moratória na quitação dos débitos judiciais da Fazenda Pública e ao impor o contingenciamento de recursos para esse fim, acaba por violar a Constituição Federal.

De acordo com a decisão, proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o regime viola

- (A) os princípios da separação de Poderes e da isonomia, a garantia do acesso à justiça e a efetividade da tutela jurisdicional, o direito adquirido e a coisa julgada.
- (B) a coisa julgada, o princípio da legalidade, a garantia do acesso à justiça e a efetividade da tutela jurisdicional, a cláusula constitucional do Estado de Direito.
- (C) a cláusula constitucional do Estado de Direito, a garantia do acesso à justiça e o princípio da exclusividade.
- (D) os princípios da separação de Poderes, da isonomia, da exclusividade, e da impessoalidade.
- (E) os princípios da separação de Poderes, da impessoalidade e da exclusividade, a garantia da efetividade da tutela jurisdicional, o direito adquirido e a coisa julgada.

Direito Tributário

47

Assinale a opção que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, indica apenas impostos de competência dos Municípios.

- (A) ITCMD, IPTU e ICMS.
- (B) ICMS, IPVA e ITCMD.
- (C) IPTU, ISS e ITCMD.
- (D) IPTU, ISS e ITBI.
- (E) ITCMD, ISS e IPVA.

48

A Constituição Federal de 1988 traz uma Seção dedicada à Repartição das Receitas Tributárias.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles.
- (B) Pertence aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da sua competência residual.
- (C) Pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do ITR, no caso em que os Municípios optam por fiscalizar e cobrar o imposto.
- (D) Os Municípios não participam da repartição do produto da arrecadação do IPVA.
- (E) Os Municípios não participam da repartição do produto da arrecadação do ICMS.

49

Considere a seguinte situação hipotética: a União, por meio de contrato administrativo, concede o uso de imóvel de sua propriedade à 1234 Locações Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com finalidade comercial.

A 1234 Locações Ltda. recebeu o carnê de IPTU sobre o referido imóvel concedido.

Sobre a incidência do IPTU no caso descrito, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- (A) não incide o IPTU, pois a União Federal, proprietária do imóvel, é imune ao imposto.
- (B) a 1234 Locações Ltda. não pode ser considerada contribuinte do IPTU, por não exercer nenhum direito de propriedade sobre o imóvel.
- (C) incide o IPTU na hipótese, pois trata-se de imóvel da União cedido à 1234 Locações Ltda., contribuinte do imposto.
- (D) o IPTU é devido pela União Federal, pois o fato gerador do IPTU é somente a propriedade de bem imóvel e somente a proprietária, União Federal, pode ser a contribuinte do imposto.
- (E) a 1234 Locações Ltda. deve requerer formalmente a isenção do pagamento do IPTU, pois trata-se de imóvel afetado a empreendimento privado.

50

Dois Municípios estão exigindo imposto sobre o mesmo fato gerador, qual seja, a prestação de serviço realizada por determinada pessoa jurídica de direito privado.

Caso a pessoa jurídica de direito privado queira depositar em juízo o valor do crédito cobrado pelos Municípios, evitando-se cobranças em duplicidade, para que o Judiciário fixe a competência tributária relativa ao imposto, poderá ajuizar

- (A) execução fiscal.
- (B) ação de repetição de indébito.
- (C) ação de consignação em pagamento.
- (D) exceção de pré-executividade.
- (E) ação civil pública.

51

O Prefeito de Abreu e Lima procura o Procurador do município para se manifestar sobre quais, entre várias hipóteses, constituem causas de suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

O Procurador indica, corretamente,

- (A) o parcelamento, a transação e a remissão.
- (B) a anistia, a compensação e a remissão.
- (C) a isenção, a anistia e a moratória.
- (D) a moratória, as impugnações administrativas e parcelamento.
- (E) o parcelamento, a decadência e a prescrição.

52

A pessoa jurídica de direito privado X adquiriu da pessoa jurídica de direito privado Y, por compra e venda, fundo de comércio, e continuou a mesma exploração comercial, sob outra razão social.

Por sua vez, a pessoa jurídica de direito privado Y iniciou, um mês após a compra e venda, nova atividade em outro ramo de comércio.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) X é integralmente responsável pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, devidos até a data do ato.
- (B) Y é integralmente responsável pelos tributos, relativos ao fundo adquirido por X, devidos até a data do ato.
- (C) X e Y são solidariamente responsáveis pelos tributos, relativos ao fundo adquirido por X, devidos até a data do ato.
- (D) X é subsidiariamente responsável pelos tributos com Y, relativos ao fundo adquirido, devidos até a data do ato.
- (E) Y somente responde pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, devidos até a data do ato, se demonstrado que agiu com dolo ou má-fé.

Contabilidade Geral

53

Uma distribuidora de bebidas vende garrafas de refrigerante e galões de água. Em 31/12/2023, não havia estoque.

Em 01/01/2024, a distribuidora adquiriu 100 garrafas de refrigerante e 80 galões de água, sendo o custo unitário, respectivamente, de R\$5,00 e de R\$4,00. Na embalagem dos produtos constava que as validades do refrigerante e da água eram, respectivamente, de 18 e de 12 meses.

A distribuidora tinha a expectativa de vender todo o estoque em 4 meses.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado como “Estoque”, no ativo circulante da distribuidora, em 01/01/2024.

- (A) R\$205.
- (B) R\$320.
- (C) R\$500.
- (D) R\$615.
- (E) R\$820.

54

Uma loja de eletrônicos vendeu, no primeiro trimestre de 2024, R\$200.000 em produtos, à vista. De acordo com os termos do contrato de venda, a loja se compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes em até um ano a partir da data da venda. A loja consegue estimar, com confiabilidade, essa obrigação.

No caso, a loja deve constituir uma provisão para

- (A) perdas.
- (B) garantia.
- (C) obsolescência.
- (D) reestruturação.
- (E) créditos de liquidação duvidosa.

55

Em 01/08/2024, uma costureira recebeu uma encomenda no valor de R\$3.000 para confeccionar as roupas da festa de encerramento do ano letivo de uma escola. Na data, a escola pagou R\$1.000 e combinou que iria pagar o restante na entrega das roupas, após dois meses.

Em 01/08/2024, a costureira registrou um aumento em suas disponibilidades, com a contrapartida em

- (A) Clientes, no ativo.
- (B) Receita, no resultado.
- (C) Receita antecipada, no resultado.
- (D) Receita antecipada, no passivo.
- (E) Receita de exercícios futuros, no patrimônio líquido.

56

Em 01/07/2024, uma loja de brinquedos tinha, em estoque, 7 bonecas, que haviam sido compradas por R\$50,00. O preço das bonecas era de R\$100,00.

Em 10/07, a loja adquiriu 5 bonecas pelo custo unitário de R\$60,00.

Em 20/07, a loja realizou uma venda de 10 bonecas, por R\$1.100.

Assinale a opção que indica o custo das mercadorias vendidas, considerando que a loja utiliza o método PEPS para avaliar o seu estoque.

- (A) R\$500.
- (B) R\$530.
- (C) R\$542.
- (D) R\$550.
- (E) R\$600.

57

Em 01/01/2023, uma empresa de consultoria adquiriu dez bicicletas elétricas para emprestar a seus funcionários, para que utilizassem como meio de transporte ao local de trabalho. O preço da bicicleta era de R\$6.000, no entanto, por ter adquirido em quantidade, a empresa recebeu um desconto de 10% sobre o preço.

Além disso, na data da compra, a empresa adquiriu o direito de receber manutenção ilimitada das bicicletas durante cinco anos por R\$10.000.

A empresa esperava que as bicicletas fossem utilizadas durante cinco anos e, depois disso, pretendia vendê-las a seus funcionários ao valor unitário de R\$2.000.

Assinale a opção que indica o valor líquido contábil das bicicletas no balanço patrimonial da sociedade empresária em 31/12/2023.

- (A) R\$47.200.
- (B) R\$48.000.
- (C) R\$52.000.
- (D) R\$55.200.
- (E) R\$60.000.

58

Com a finalidade de realizar uma análise contábil mais conservadora, um analista calculou o índice de liquidez seca de uma sociedade empresária.

Em relação a este indicador, analise as contas a seguir, que estavam no ativo circulante da sociedade empresária, em seu balanço patrimonial:

- I. Estoques.
- II. Clientes.
- III. Despesas antecipadas.

No cálculo do índice de liquidez seca, o analista deve desconsiderar o saldo de

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Contabilidade Pública

59

Uma universidade do setor público está construindo um novo prédio, em uma área residencial, para oferecer as suas aulas.

Os operários da obra trabalham das 8 às 21 horas, de segunda a sábado.

A universidade foi intimada na Justiça por moradores de três prédios vizinhos, pelas seguintes causas:

1. Por fazer barulho acima de 90 decibéis aos sábados, os moradores pedem uma indenização de R\$8.000.
2. Por fazer barulho acima de 90 decibéis além do horário permitido pela legislação da cidade, os moradores pedem uma indenização de R\$10.000.
3. Por atrapalhar o trânsito local, devido ao grande fluxo de caminhões, os moradores pedem uma indenização de R\$5.000.

Os advogados da universidade julgaram que era provável perder a primeira e a segunda causa e precisar pagar o que é pedido. No entanto, julgaram a perda da terceira causa como remota.

Em relação às causas, a universidade deve registrar uma provisão para contingências no seguinte montante:

- (A) Zero.
- (B) R\$5.000.
- (C) R\$8.000.
- (D) R\$18.000.
- (E) R\$23.000.

60

Em uma entidade do setor público, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificadas como

- (A) receita orçamentária.
- (B) despesa orçamentária.
- (C) receita extraorçamentária.
- (D) despesa extraorçamentária.
- (E) outras receitas orçamentárias.

61

Assinale a opção que contém apenas exemplos de receitas correntes em uma entidade do setor público.

- (A) Operações de crédito e contribuições.
- (B) Receita patrimonial e agropecuária.
- (C) Receita industrial e alienação de bens.
- (D) Alienação de bens e operações de crédito.
- (E) Receitas de serviços e amortizações de empréstimos.

62

Em relação às variações patrimoniais diminutivas (VPD) em uma entidade do setor público, analise os fatos a seguir:

- I. Recebimento efetivo de doações e subvenções.
- II. Surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
- III. Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.

Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD) quando acontece

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

63

Em 2024, um hospital do setor público descontinuou o oferecimento de serviços de emergência, e passou a atender apenas consultas previamente agendadas.

De acordo com a NBC TSP 12– Demonstração dos Fluxos de Caixa, os pagamentos em caixa decorrentes da operação descontinuada devem ser classificados, na Demonstração dos Fluxos de Caixa do hospital, como atividade

- (A) operacional.
- (B) de investimento.
- (C) de financiamento.
- (D) operacional ou de investimento.
- (E) de investimento ou de financiamento.

64

Em 31/12/2023, uma entidade do setor público apresentava saldo de R\$90.000 no passivo total. As contas do passivo tinham as seguintes características:

- I. R\$20.000 eram mantidos essencialmente com a finalidade de serem negociados.
- II. R\$30.000 tinham expectativa de pagamento durante o ciclo operacional normal da entidade, que era de 12 meses.
- III. R\$40.000 correspondiam a passivos sobre os quais a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Assinale a opção que indica o saldo do passivo circulante da entidade em 31/12/2023.

- (A) R\$20.000.
- (B) R\$30.000.
- (C) R\$50.000.
- (D) R\$70.000.
- (E) R\$90.000.

Auditoria

65

O exercício da profissão de auditoria, seja privada ou pública, interna ou independente (externa), é cingido por princípios fundamentais de ética profissional, deveres e requisitos.

Quanto ao ceticismo profissional assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Quando o auditor desenvolve seus trabalhos com uma postura que inclui questionamento e avaliação crítica e detalhada, e desempenha os trabalhos com alerta para condições que possam indicar possível distorção, devido a erro ou fraude, ele está aplicando ceticismo profissional.
- (B) É possível conceituar ceticismo profissional como a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- (C) A manutenção do ceticismo, ao longo dos trabalhos, é necessária para reduzir os riscos de generalização excessiva das conclusões resultantes das observações da auditoria.
- (D) O ceticismo na avaliação crítica das evidências de auditoria inclui questionar as evidências contraditórias e a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações e outras informações obtidas junto à administração e aos responsáveis pela governança.
- (E) Não se pode esperar que o auditor desconsidere a experiência passada de honestidade e integridade da administração da entidade e dos responsáveis pela governança. Ao revés, a crença de que a administração e os responsáveis são honestos e têm integridade permite ao auditor a utilização de evidências menos persuasivas na obtenção de segurança razoável, uma vez reduzir o risco de auditoria.

66

O objetivo do auditor é obter evidência de auditoria apropriada e suficiente relacionada aos riscos avaliados de distorção relevante por meio do planejamento e da implementação de respostas apropriadas a esses riscos. Em relação à responsabilidade do auditor por fraude e erro e em relação ao planejamento de auditoria, marque a afirmativa **incorreta**.

- (A) A fraude é considerada o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal.
- (B) Ao planejar e executar os testes de controle, o auditor deve obter evidência de auditoria mais persuasiva quanto maior for a sua confiança na efetividade do controle.
- (C) Se o auditor planeja testar a efetividade operacional dos controles, a sua avaliação do risco de controle é tal que a avaliação do risco de distorção relevante é a mesma que a avaliação do risco inerente.
- (D) Se o auditor pretende confiar em controles de um risco determinado como significativo, o auditor deve testar esses controles no período corrente.
- (E) O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais alto do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de erro.

67

A utilização de amostragem é adequada no seguinte caso:

- (A) Itens-chave ou de alto valor que individualmente podem resultar em distorção relevante.
- (B) Itens que fornecerão informações sobre assuntos, tais como a natureza da entidade, a natureza das transações e o controle interno.
- (C) quando existe a possibilidade de utilização de técnicas de auditoria assistidas por computador em uma população maior para testar eletronicamente um cálculo repetitivo ou outro processo.
- (D) para chegar a uma conclusão sobre todo um conjunto de dados por meio da seleção e do exame de um grupo representativo da população.
- (E) quando a população é pequena e existe risco significativo.

68

Com base no disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público relativo a eventos subsequentes (NBC TA 25), assinale a afirmativa correta.

- (A) Evento subsequente é aquele evento desfavorável que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.
- (B) Para determinar quais eventos se enquadram na definição de eventos subsequentes, é necessário identificar a data das demonstrações contábeis e a data da autorização para emissão dessas demonstrações.
- (C) Devem ser reconhecidas como ajustes as intenções governamentais de agentes públicos eleitos em relação a determinados assuntos independente da existência de evidência suficiente de que elas serão cumpridas.
- (D) A descoberta de fraude ou erros que demonstram que as demonstrações contábeis estavam incorretas se revela como um evento subsequente, não cabendo ajuste das demonstrações contábeis no caso de erro.
- (E) Se os dividendos ou distribuições similares são propostos após a data das demonstrações contábeis, a entidade deve reconhecer esses dividendos como passivo naquela data.

69

Ainda com base no disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público relativo a eventos subsequentes (NBC TA 25), assinale a opção que apresenta evento subsequente que **não** dá origem a ajustes das demonstrações contábeis da entidade.

- (A) Decisão em processo judicial após a data das demonstrações contábeis, confirmando que a entidade já tinha a obrigação presente naquela data.
- (B) Obtenção de informação, após a data das demonstrações contábeis, indicando que um ativo teve seu valor reduzido ao final daquele período ou que o montante da perda por redução ao valor recuperável do ativo previamente reconhecido precisa ser ajustado.
- (C) Determinação, após a data das demonstrações contábeis, do custo dos ativos adquiridos ou do valor recebido pela venda de ativos, antes da data das demonstrações contábeis.
- (D) Declínio do valor justo de propriedade ocorrido no período compreendido entre a data das demonstrações e a data de autorização para emissão dessas demonstrações, quando a entidade adota uma política em que regularmente avalia a propriedade a valor justo.
- (E) Determinação, após a data das demonstrações contábeis, de que o montante da receita arrecadada durante o período precisa ser compartilhado com outro governo, em razão de acordo de compartilhamento estabelecido durante o período.

70

Segundo o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, da Controladoria-Geral da União (2017), procedimento de auditoria é um conjunto de exames, previstos no programa de trabalho, com a finalidade de obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria definida na fase de planejamento do trabalho.

Quanto à extensão e à profundidade de operações a serem examinadas cabe ao auditor interno governamental determiná-las com base nos seguintes quesitos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) No discriminado no plano de auditoria interna.
- (B) Na complexidade e no volume das operações.
- (C) Na natureza do item em exame.
- (D) Nos principais riscos e na avaliação preliminar dos controles a eles relacionados.
- (E) No grau de segurança e no tipo de evidência que pretende obter, a fim de fundamentar sua opinião.

Realização

